



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

**Nota Interna n.º 38/2015/SJI**

**Para:** Sr. Bastonário

**De:** Serviços Jurídicos e Institucionais.

**Data:** 4/11/2015.

**Assunto: Recurso do parecer “desfavorável” ao requerimento para outorga do título de especialista em Direção e Gestão da Construção do Engº Paulo Jorge Pinto Lopes Alves.**

**1º**

Em 5 de novembro de 2014, deu entrada no CDN o requerimento para outorga do título de especialista em Direção e Gestão da Construção do Engº Paulo Jorge Pinto Lopes Alves.

**2º**

Em 28 de novembro de 2014 o Sr. Bastonário proferiu despacho para o processo ser reencaminhado para apreciação e parecer da Comissão Executiva da Especialização.

**3º**

Em 14 de janeiro de 2015 a Comissão Executiva da Especialização deliberou, por unanimidade, emitir parecer “desfavorável” à outorga do título de especialista.

**4º**

Em 6 de fevereiro de 2015 seguiu ofício para o candidato com o parecer “desfavorável”, contendo os critérios de avaliação e fazendo menção que o candidato poderia recorrer, no prazo de 30 dias, para o CDN nos termos do art. 9º, nº 9 do Regulamento das Especializações.

**5º**

Em 6 de março de 2015, deu entrada no CDN, recurso do candidato, tendo este dado conhecimento por carta do mesmo ao Presidente da Região Norte.

**6º**

Em 13 de maio de 2015, a Comissão Executiva da Especialização deliberou, por unanimidade, após reanálise do processo, manter o parecer proferido anteriormente.

**7º**

Em 8 de julho de 2015 o CCC analisou e manifestou-se favoravelmente em relação ao parecer negativo da Comissão Executiva e enviou para o CAQ se pronunciar.

**8º**

Em 13 de julho de 2015, o CAQ manifestou-se favoravelmente em relação ao parecer negativo da Comissão Executiva, propôs e informou o CDN.

Face ao acima exposto, e salvo melhor opinião, nos termos do art. 9º, nº 7 do Regulamento das Especializações da Ordem dos Engenheiros está o Conselho Diretivo Nacional habilitado a proferir decisão sobre a outorga ou não outorga do título de especialista ao candidato, Engº Paulo Jorge Pinto Lopes Alves.



Graça Camara



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

**Nota Interna n.º 39/2015/SJI**

**Para:** Sr. Bastonário

**De:** Serviços Jurídicos e Institucionais.

**Data:** 4/11/2015.

**Assunto: Recurso do parecer “desfavorável” ao requerimento para outorga do título de especialista em Direção e Gestão da Construção do Engº Carlos Henrique da Silva Otto Rodrigues.**

**1º**

Em 6 de novembro de 2014, deu entrada no CDN o requerimento para outorga do título de especialista em Direção e Gestão da Construção do Engº Carlos Henrique da Silva Otto Rodrigues.

**2º**

Em 28 de novembro de 2014 o Sr. Bastonário proferiu despacho para o processo ser reencaminhado para apreciação e parecer da Comissão Executiva da Especialização.

**3º**

Em 18 de dezembro de 2014 a Comissão Executiva da Especialização deliberou, por unanimidade, emitir parecer “desfavorável” à outorga do título de especialista.

**4º**

Em 4 de fevereiro de 2015 o Colégio Nacional de Engenharia Civil concordou com o parecer desfavorável da Comissão Executiva.

**5º**

Em 6 de fevereiro de 2015 seguiu ofício para o candidato com a decisão não favorável, contendo os critérios de avaliação e fazendo menção que o candidato poderia recorrer, no prazo de 30 dias, para o CDN nos termos do art. 9º, nº 9 do Regulamento das Especializações.

**6º**

Em 5 de março de 2015, deu entrada no CDN, recurso do candidato, tendo este dado conhecimento por carta do mesmo ao Presidente da Região Norte.

**7º**

Em 17 de junho de 2015, a Comissão Executiva da Especialização deliberou, após, por unanimidade, após reanálise do processo, manter o parecer desfavorável proferido anteriormente.

**8º**

Em 23 de junho de 2015, o Colégio Nacional de Engenharia Civil concordou com o parecer não favorável da Comissão Executiva.

**9º**

Em 8 de julho de 2015 o CCC toma conhecimento do parecer desfavorável (reavaliação) e manifestou-se favoravelmente em relação ao parecer negativo da Comissão Executiva e enviou para o CAQ se pronunciar.

**10º**

Em 13 de julho de 2015, o CAQ tomou conhecimento do parecer negativo, propôs e enviou para o CDN.

Face ao acima exposto, e salvo melhor opinião, nos termos do art. 9º, nº 7 do Regulamento das Especializações da Ordem dos Engenheiros está o Conselho Diretivo Nacional habilitado a proferir decisão sobre a outorga ou não outorga do título de especialista Ao candidato, Engº Carlos Henrique da Silva Otto Rodrigues.

  
Graça Camara